

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES

Agenda de Desenvolvimento Municipal: Análise
Integrada e Diretrizes de Conteúdo

09 DE NOVEMBRO DE 2020

Referências Cadastrais

Cliente	NEOENERGIA	JALAPAO	TRANSMISSAO	DE
ENERGIA S.A.				
Localização	Campinas, SP			
Título	Agenda de Desenvolvimento Municipal			
Contato	Elton Freitas			
E-mail	elton.freitas@neoenergia.com			
Líder do Projeto:	Fernanda Gomes Corrêa Laham			
Gerente:	Fernanda Gomes Corrêa Laham			
Coordenadora:	Vivian Cristine Costa Dal'Lin			
Projeto/centro de custo:	1.03.04.15235			
Data do documento:	07/08/2020			

Elaborador/Autor	Vivian Cristine Costa Dal'Lin	Coordenadora Geral do Projeto
Verificador/aprovador	Fernanda Gomes Corrêa Laham	Gerente Técnica/ Coordenadora Geral

Este documento é composto de 01 volume e está sendo entregue em 01 cópia digital.

Isenção de Responsabilidade:

Este documento é confidencial, destinando-se ao uso exclusivo do cliente, não podendo ser reproduzido por qualquer meio (impresso, eletrônico e afins) ainda que em parte, sem a prévia autorização escrita do cliente.

Este documento foi preparado pela Arcadis logos com observância das normas técnicas recomendáveis e em estrita obediência aos termos do pedido e contrato firmado com o cliente. Em razão disto, a Arcadis logos isenta-se de qualquer responsabilidade civil e criminal perante o cliente ou terceiros pela utilização deste documento, ainda que parcialmente, fora do escopo para o qual foi preparado.

Equipe Técnica

Equipe Técnica		
Karin Ferrara Formigoni	Responsável Técnica	CAU/SP: 18867-0
	Arquiteta e Urbanista	email: karin.formigoni@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Sandra Elisa Favorito Raimo	Responsável Técnica	CRBio: 010513/01-D
	Bióloga	sandra.favorito@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465 r. 6054
Rodrigo Braga Santini	Responsável Técnico	CREA/SP: 5062055883
	Geólogo	rodrigo.santini@arcadis.com
		Tel: (11) 3226-3465 – R. 6054
Fernanda Gomes Corrêa Laham	Gerente Técnica / Coordenadora Geral	CAU/SP: A50634-6
	Arquiteta e Urbanista	email: fernanda.correa@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Vivian Cristine Costa Dal'Lin	Coordenadora Geral	CAU/SP: 149384-1
	Arquiteta e Urbanista	email: vivian.dallin@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Leonardo Mendonça Mendes da Silva	Coordenador do Meio Físico e Biótico e de Geoprocessamento	CREA/SP: 5063313638
	Geógrafo	email: leonardo.mendonca@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465 r.5950
Amanda Paulista	Direito Urbanístico	OAB/SP: 346610
	Advogada	email: amanda.souza@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Rodrigo Zichelle	Geoprocessamento	CREA/SP: 5062466910
	Geógrafo	email: rodrigo@novoambienteconsultoria.com.br
		Tel.: (11) 3226-3465
Bruno Hernandez Incau	Governança Urbana e Planejamento Territorial	CREA/SP: 5069342018
	Engenheiro Ambiental e Urbano	email: bruno.incau@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Elisa Pennings	Planejamento e Gestão de Cidades	CAU/SP: A91736-2
	Arquiteta e Urbanista	email: elisa.pennings@arcadis.com

Equipe Técnica		
		Tel.: (11) 3226-3465
Tatiane Freitas	Meio Físico e Biótico	CREA/SP: 507061578
	Geógrafa	email: tatiane.freitas@arcadis.com
		Tel.: (11) 3226-3465
Eduardo Barros	Estagiário	email: eduardo.barros@arcadis.com
	Geografia	Tel.: (11) 3226-3465
Michele Almeida	Estagiária	michele.almeida@arcadis.com
	Ciências e Humanidades e Planejamento Territorial	Tel.: (11) 3226-3465

Índice

1.	Agenda de Desenvolvimento Municipal de Riachão das Neves	6
1.1.	Metodologia.....	6
1.2.	Resultados	11

Lista de Quadros

Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Riachão das Neves

Lista de Figuras

Figura 1-1 - Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.

Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal

Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades

Figura 1-4 - Representação exemplo da definição de estratégias

Figura 1-5 - Representação exemplo da definição dos instrumentos.

Apresentação

A Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Gilbués II – Barreiras II e SE Associadas vem sendo licenciada no âmbito do processo ambiental IBAMA nº 02012.001891/2019-26, estando atualmente em fase de implantação do empreendimento. Considerando o estabelecido pela Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, o Plano Básico Ambiental (PBA) incluiu, dentre as medidas de compensação, o Programa de Apoio à Elaboração do Plano Diretor, cujo objetivo é fornecer apoio à elaboração ou revisão de Planos Diretores dos municípios impactados pelo empreendimento com as seguintes características:

- Municípios que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento;
- Municípios com mais de 20.000 habitantes que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde foram verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento.

Esta condicionante foi reforçada pela Licença de Instalação (LI) nº 1331/2019 do empreendimento, que traz como condicionantes ao empreendedor apresentar os Termos de Compromisso com as seguintes prefeituras:

- Aquelas que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, que não possuam Planos Diretores, mas que passaram a ter essa obrigação devido à realização do empreendimento, nos termos do inciso V do art. 41 da Lei 10.257/2001;
- Aquelas dos municípios com mais de 20 mil habitantes, que tenham a área de influência direta do empreendimento inserida nos seus limites jurisdicionais, onde forem verificadas alterações significativas no ordenamento territorial do município, em função do empreendimento, nos termos da Resolução Recomendada nº22, de dezembro de 2006.

Destaca-se que o município já havia iniciado o processo de revisão do seu Plano Diretor em 2018, visto que o prazo para a revisão do Plano Diretor 2008-2018 (lei nº426/2008) se encerrava. Nesse ano, portanto, foi firmado o contrato de programa nº6, assinado pelo município com o Consórcio Intermunicipal do Oeste da Bahia – COSID em 24 de maio de 2018, com a finalidade de revisar o Plano Diretor Municipal.

Apesar dessas iniciativas, até o início de 2020 de o cronograma de trabalho encontrava-se ainda não concluído. Nesse contexto a prefeitura municipal de Riachão das Neves manifestou o interesse de firmar um acordo de cooperação técnica com a NEOENERGIA JALAPAO TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. para conclusão dos trabalhos de revisão do Plano Diretor no âmbito do Programa de Apoio à Elaboração/Revisão do Plano Diretor constante no PBA em execução pela empresa. Tal acordo foi assinado em 30 de abril de 2020.

Para tanto, a Arcadis foi contratada pela Neoenergia, empresa responsável pela implantação da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Miracema – Riachão das Neves II – Barreiras II e SE

Associadas, para prestação serviços de consultoria especializada no apoio técnico à revisão do Plano Diretor em questão.

Sabe-se que o Plano Diretor é um instrumento integrante do sistema de planejamento municipal, em conjunto com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual e demais disciplinas de ordenamento territorial, como Leis de Parcelamento, de Uso e Ocupação do Solo e de Perímetro Urbano.

Embora o Estatuto da Cidade estabeleça poucas matérias de conteúdo obrigatório aos Planos Diretores (arts. 42 e 42-A da Lei Federal nº 10.257/2001), observa-se, nos últimos anos, que tais leis têm sido elaboradas a partir de um escopo amplo, considerando desde as normas específicas de ordenamento territorial até diretrizes de políticas setoriais. A questão suscitada frente a essa ampliação de escopo é que, não raro, as disposições legais inseridas nos Planos Diretores são genéricas e, portanto, pouco condizentes com a realidade municipal existente e projetada, e pouco instrumentalizadas, o que tem impactado no grau de efetividade e aplicabilidade do Plano Diretor.

Em vista disso, é fundamental que haja uma definição estratégica dos conteúdos a serem inseridos no Plano Diretor, a fim de selecioná-los, categorizá-los, ordená-los em termos de prioridade e examiná-los em vista dos instrumentos e ferramentas disponíveis ao Poder Executivo para solucioná-los. Este processo de definição resultará na **Agenda de Desenvolvimento Municipal** de Riachão das Neves, apresentada neste relatório.

1. Agenda de Desenvolvimento Municipal de Riachão das Neves

A Agenda de Desenvolvimento Municipal corresponde a uma matriz, produto de um processo de análise, seleção e sistematização de dados, desenvolvida ao final da etapa de Diagnóstico Municipal e ao início da etapa de elaboração de Propostas. Sua finalidade é assegurar que os conteúdos disciplinados pelo Plano Diretor reflitam os reais problemas e questões existentes no município de Riachão das Neves, bem como garantir a instrumentalidade e aplicabilidade das disposições propostas.

A Agenda, portanto, ocorre de maneira transversal, consolidando as análises realizadas durante a etapa de Diagnóstico Municipal e garantindo os subsídios necessários para as Propostas que serão realizadas. À medida em que o Diagnóstico Municipal disponibiliza dados caracterizadores do município e análises correspondentes, as primeiras informações que irão compor a matriz da Agenda de Desenvolvimento Municipal são identificadas e, neste sentido, ela atua também como um processo de conclusão técnica da etapa de diagnóstico. À medida em que as análises avancem no sentido de elaborar as propostas de conteúdo do Plano Diretor, a matriz lhe é preparatória, garantindo a linearidade e a clareza das propostas técnicas sugeridas e orientando o seu detalhamento no formato jurídico, obrigatório para a Minuta de Lei de Plano Diretor, produto final do estudo.

Figura 1-1 - Etapas incluindo a Agenda de Desenvolvimento Municipal.



Elaboração: Arcadis, 2020.

1.1. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração e desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento Municipal teve por base o “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores”, cuja versão para teste foi apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) no ano de 2019. A partir dos circuitos e procedimentos constantes no referido Guia, foi desenvolvida uma metodologia detalhada e adequada não apenas à consecução dos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Municipal, mas também aos desafios e contextos específicos decorrentes do processo de elaboração do Plano Diretor do Município de Riachão das Neves.

O processo que envolve a definição da Agenda de Desenvolvimento Municipal é desenvolvido em duas fases: a **Análise integrada** e as **Diretrizes de conteúdo**, a seguir apresentadas.

Análise Integrada

Sabe-se que o Diagnóstico Municipal, primeiro produto integrante do processo de elaboração do Plano Diretor, é um relatório amplo das condições do Município, no qual são compilados e analisados dados dos mais diversos setores e temas, a fim de caracterizar de maneira holística o município. Sendo assim, é fundamental um olhar interdisciplinar, o qual denominamos aqui de Análise Integrada, que consiga, a partir do confronto entre as diferentes análises realizadas para os meios socioeconômico, físico e biótico, identificar os temas mais relevantes para o desenvolvimento do município frente a tudo que foi estudado.

Por temas, entendem-se os assuntos de caráter geral, cuja disciplina guarda relação direta com o escopo do Plano Diretor, por exemplo, habitação, uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico, meio ambiente. Com base no “Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores” foram elencados 12 temas orientadores, dentre os quais deverão ser identificados os mais pertinentes à dinâmica e realidade municipal específica de Riachão das Neves, de forma a direcionar os próximos itens identificados e garantir a adequação do conteúdo do Plano Diretor. Cabe ressaltar que a escolha dos temas varia de acordo com a sua relevância e recorrência no Município, de forma que não necessariamente todos serão abordados ao longo da Agenda de Desenvolvimento Municipal.

Figura 1-2 – Temas orientadores da Agenda de Desenvolvimento Municipal



Elaboração: Arcadis, 2020.

Uma vez identificados os temas, deverão ser levantadas as fragilidades e potencialidades do Município. As primeiras representam os principais desafios a serem superados ou mitigados durante os 10 anos de vigência do Plano Diretor ora em elaboração. Vale dizer que as fragilidades se referem tanto aos problemas existentes no município quanto aos problemas que poderão ocorrer em um futuro próximo cuja previsibilidade seja possibilitada pelos dados levantados durante a fase de diagnóstico. Já as potencialidades correspondem aos pontos mais fortes do município, podendo eles serem ou não definidores da sua identidade. Entende-se, portanto, que as potencialidades são pontos a serem incentivados e monitorados durante a vigência do Plano Diretor, a fim de assegurar o desenvolvimento adequado do município.

O levantamento das fragilidades e potencialidades deriva dos temas identificados, pois é realizado a partir do desenvolvimento e direcionamento dos temas. Toma-se como exemplo o

tema da habitação. Uma vez identificado como tema pertinente ao município, deverá ser perguntado: qual é o motivo que leva o tema da habitação a ser relevante no município? É por conta da existência de ocupações irregulares? É por conta do baixo déficit habitacional relativo? Portanto, a partir do desenvolvimento de questionamentos sobre os temas identificados, será possível levantar as fragilidades e potencialidades associadas, as quais deverão ser organizadas por critério de prioridade.

Figura 1-3 – Representação exemplo da definição de fragilidades e potencialidades



Elaboração: Arcadis, 2020.

Entende-se, portanto, que a primeira fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal decorre, prioritariamente, do confronto entre os principais resultados obtidos durante a etapa de diagnóstico, a chamada Análise Integrada, tendo como produtos resultantes a identificação dos temas, fragilidades e potencialidades do Município.

Diretrizes de Conteúdo

Tendo sido identificados os pontos críticos e potenciais para o desenvolvimento do Município, será dado início à segunda fase da Agenda de Desenvolvimento Municipal, denominada Diretrizes de Conteúdo. Esta consiste na definição dos **eixos de desenvolvimento municipal**, bem como das **estratégias, instrumentos e ferramentas complementares** que assegurarão a melhor disciplina e efetividade das medidas de incentivo das potencialidades e de superação/mitigação das fragilidades.

Os eixos de desenvolvimento do município nada mais são do que as diretrizes que orientarão a elaboração do Plano Diretor. São os pontos para os quais o Plano Diretor dará mais atenção e fixará instrumentos e ferramentas específicas voltadas à sua concretização. Isso não significa, no entanto, que questões não incluídas nos eixos de desenvolvimento do município serão desconsideradas; significa apenas que os eixos são os pilares sobre os quais toda a disciplina do Plano Diretor será estruturada, a partir do qual as demais questões serão abordadas. Sua definição decorre diretamente das fragilidades e potencialidades identificadas.

Já as estratégias correspondem aos direcionamentos gerais que podem ser dados às fragilidades e potencialidades encontradas, mirando o seu incentivo ou sua mitigação/resolução.

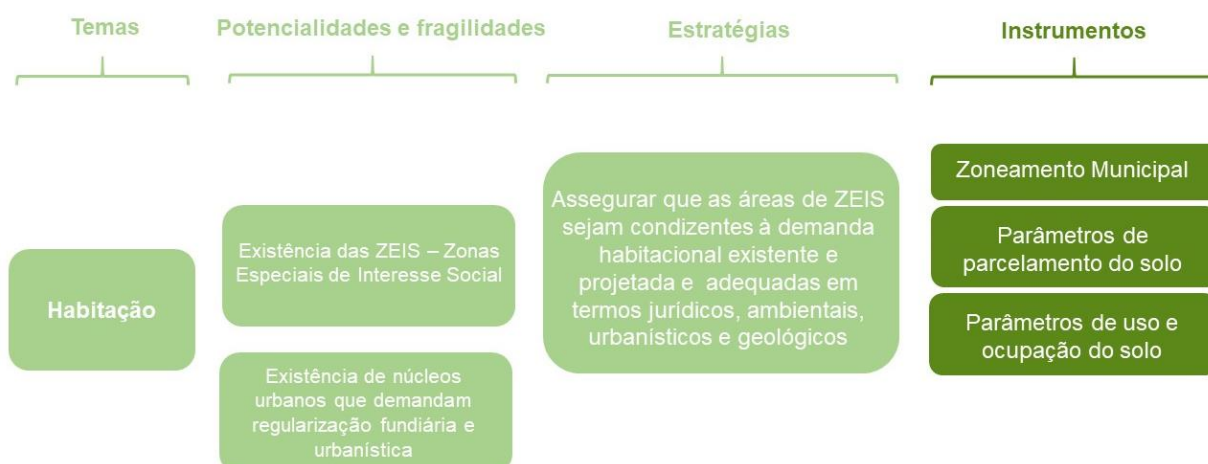
Figura 1-4 - Representação exemplo da definição de estratégias



Elaboração: Arcadis, 2020.

Os instrumentos, derivados e em consonância com as estratégias, representam os meios diretos e pertinentes ao combate ou incentivo das problemáticas levantadas. Compreende o conjunto de ações, e procedimentos legais para intervir, regulamentar, controlar e direcionar o desenvolvimento municipal. Os instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade são algumas dessas ferramentas, bem como as propostas de Macrozoneamento Municipal e Zoneamento Urbano e Rural e as Políticas Setoriais. A figura abaixo exemplifica alguns instrumentos que poderiam ser aplicados para intervir em uma das potencialidades identificadas para o tema de Habitação.

Figura 1-5 - Representação exemplo da definição dos instrumentos.



Elaboração: Arcadis, 2020.

Por fim, as ferramentas complementares são instrumentos que, embora pertinentes às questões trabalhadas no Plano Diretor, não são específicas do seu escopo, cabendo à legislação específica a sua regulamentação. É o caso, por exemplo, da definição de parâmetros de incomodidade, os quais, apesar de estarem diretamente relacionados ao zoneamento e ordenamento territorial estabelecido pelo Plano Diretor, é conteúdo de legislação específica de uso e ocupação do solo.

Vale dizer que as informações identificadas e levantadas durante as duas fases referidas serão sistematizadas em uma matriz específica, a qual corresponde à Agenda de Desenvolvimento Municipal.

1.2. Resultados

Após terem sido identificadas e confrontadas as principais problemáticas incidentes no município de Riachão das Neves em cada um dos meios estudados (socioeconômico, físico e biótico) e questões jurídicas atreladas, chegou-se às principais potencialidades e fragilidades diagnosticadas, e, por consequência, aos temas de maior relevância aos quais essas questões se insere. A partir deste olhar multidisciplinar foram então traçados as estratégias e instrumentos necessários para direcionar ações voltadas para o enfrentamento das problemáticas identificadas. Na sequência, com a consolidação da Agenda, foi possível identificar os temas e questões mais sensíveis e latentes no município, as quais entende-se ser necessário um enfoque prioritário através da proposição dos chamados Eixos de Desenvolvimento que, por sua vez, deverão nortear de maneira geral o desenvolvimento econômico sustentável de Riachão das Neves para os próximos 10 anos e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

O quadro abaixo sintetiza os resultados da Agenda de Desenvolvimento Municipal de Riachão das Neves e a seguir serão apresentados e justificados cada um dos Eixos de Desenvolvimento definidos para a efetivação do Plano Diretor do município.

Quadro 1-1 – Agenda de Desenvolvimento Municipal do Município de Riachão das Neves

RIACHÃO DAS NEVES			
Fase 1 – Análise Integrada		Fase 2 – Diretrizes de Conteúdo	
Temas	Potencialidades/ Fragilidades	Estratégias	Instrumentos
Expansão Urbana	Distritos com ocupações concentradas e compactas	Avaliar e definir o perímetro urbano considerando projeção de crescimento populacional, as áreas vazias passíveis de ocupação e as condições físicas e ambientais das áreas adjacentes à mancha e definir critérios para o acompanhamento dos demais pontos de ocupação	Macrozona Urbana / Definição de Perímetro Urbano
	Existência de diversos povoados, pontos de ocupação com características urbanas, ao longo do território municipal		
	A mancha urbana da sede sofreu um processo de expansão nos últimos anos, criando vazios urbanos e áreas com baixa densidade		
	Barra do Riacho apresenta ocupação tipicamente urbana		
	O Plano Diretor define os perímetros urbanos, porém não foi disponibilizado mapa que permita a sua apreensão		
Habitação	Déficit habitacional que demanda tanto reposição quanto incremento de estoque	Regularização fundiária para obtenção das matrículas e possibilidade de crédito para reformas	Definição de Procedimentos Específicos para Regularização dos Parcelamentos Irregulares
		Demarcação das áreas cuja incidência dos programas de regularização fundiária deve ser prioritária	Delimitação de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) nas Áreas Urbanas Irregulares
	Inadequação das moradias rurais	Articulação com estado e união para obtenção de mais recursos para a habitação na área urbana e rural	Política Setorial de Habitação / Articulação MCMV
Risco	Predominância de baixa suscetibilidade a erosão em todas as áreas consideradas urbanas	Avaliar e definir o perímetro urbano considerando projeção de crescimento populacional, as áreas vazias passíveis de ocupação e as condições físicas e ambientais das áreas adjacentes à mancha	Macrozona Urbana / Definição de Perímetro Urbano
	Áreas com alto potencial espeleológico (formação de cavidades) e de subsidência de solo.	Controle da ocupação em áreas de risco por meio de parâmetros urbanísticos que favoreçam a redução desses eventos e a exposição da população	Zoneamento Urbano / Definição de Parâmetros Urbanísticos
		Zoneamento Rural que priorize técnicas com menor movimentação e terras e avanço sobre a vegetação nativa	Zoneamento Rural - Zona Rural de Produção Sustentável
	Setores com Alta suscetibilidade à inundação e alagamento nas áreas urbanas (sede municipal e distritos)	Elaborar o Plano Diretor Municipal de Macro e Macrodrenagem	Políticas Setorial de Saneamento
		Evitar ocupações de áreas de APPs e manter o máximo possível de áreas permeáveis	Delimitação de Zona Especial de Proteção Ambiental e Zona de Ocupação Controlada/ Definição de Parâmetros Urbanísticos Definição do Perímetro Urbano
Setores com Alta suscetibilidade à erosão e movimentos gravitacionais de massa nas áreas rurais (centro-leste), sobretudo nas áreas de transições entre formas de relevos, onde se concentram maior declividade.	Delimitar zoneamento que evite avanço de ocupações sobre tais áreas e utilizem técnicas mais adequadas para a estabilidade geotécnica dessas áreas.	Zoneamento Rural - Zona Rural de Produção Sustentável	

Uso e Ocupação do Solo	Vetores de crescimento bem definidos e sem avançar para áreas de fragilidade ambiental ou risco geológico	Analisar e, se necessário, readequar o perímetro urbano considerando os vetores de crescimento e evitando a ocupação de áreas com fragilidade ambiental	Disciplinamento do Parcelamento do Solo / Fortalecimento da Fiscalização
	Existência de diversos distritos e povoados no território municipal	Dotar a Prefeitura de procedimentos de aprovação e fiscalização de parcelamentos e de acompanhamento do crescimento dos povoados	Definição de Perímetro Urbano / Zoneamento de Núcleos de Urbanização
		Delimitar o perímetro dos distritos e povoado de Barra do Riacho de acordo com a demanda existente e impedir a expansão de novos loteamentos desconectados e sem aprovação	Zoneamento Urbano e Rural / Definição de Parâmetros Urbanísticos e Regras de Uso e Ocupação
	Existência de atividades diversificadas na área urbana	Analisar e, se necessário, propor zoneamento e regras de uso e ocupação específicos para a adequação dos usos atuais com as suas características locais e de entorno.	Zoneamento Urbano e Rural / Definição de Parâmetros Urbanísticos e Regras de Uso e Ocupação
	Ausência de legislação de zoneamento e regramento do uso e ocupação do solo	Incluir matéria no Plano Diretor e estabelecer critérios específicos para as zonas	Zoneamento Urbano e Rural / Definição de Parâmetros Urbanísticos e Regras de Uso e Ocupação
	Expansão acelerada das áreas de monocultura	Ordenar e regulamentar o uso do solo rural de acordo com os recursos naturais disponíveis e manutenção do acesso e usos múltiplos.	Zoneamento Rural / Política Setorial de Desenvolvimento Rural
Transporte e Mobilidade	Mancha urbana compacta, permitindo a mobilidade ativa (a pé ou bicicleta)	Manter a mancha compacta e diversificar os usos urbanos, para que não haja fragmentação de usos específicos que demandem deslocamentos	Macrozona Urbano (definida pelo Perímetro Urbano) / Definição da área urbana como Zona Mista
		Instituir regras para calçadas para novos loteamentos	Disciplina de parcelamento do solo
		Incentivar transporte por bicicleta e a pé de modo seguro, confortável e harmonioso entre os diferentes modais de transporte	Política Setorial de Mobilidade e Transporte / Política Setorial de Educação
		Promover a qualificação de calçadas em vias prioritárias	Política Setorial de Mobilidade e Transporte
	Território municipal interceptado por rodovias interestaduais	Planejar a localização de empreendimentos logísticos no município e de atividades de suporte em áreas próximas a estes eixos viários.	Zoneamento Urbano
		Articular com o órgão responsável para melhoria dos acessos, sinalização e controle de velocidade nos perímetros urbanos	Política Setorial de Mobilidade e Transporte
	Ausência de asfaltamento em grande parte das rodovias estaduais	Articular com o ente responsável pela rodovia a pavimentação das vias	Política Setorial de Mobilidade e Transporte
Vias sem pavimentação nas áreas urbanas	Viabilizar a pavimentação, considerando a segurança e conforto no deslocamento de pedestres e ciclistas (arborização, ciclofaixas, onde adequado)	Política Setorial de Mobilidade e Transporte	
Equipamentos Públicos e Infraestrutura	Boa oferta de equipamentos de lazer na sede municipal	Verificar se há demanda por novos equipamentos de lazer e avaliar a projeção nos próximos 10 anos, considerando a projeção populacional. Em caso positivo, incentivar equipamentos em áreas menos servidas	Em caso de demanda, Políticas Setoriais de Forma Localizada / Direito de Preempção em Caso de Área Definida e Não Pública
	Plano Municipal de Saneamento Básico (Resíduos Sólidos, Água e Esgoto) em elaboração.	Conduzir as ações dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos e de Água e Esgoto de forma integrada às políticas urbanas e de desenvolvimento, visando promover os serviços públicos ausentes atualmente.	Política Setorial de Saneamento
	Ausência de equipamentos públicos e infraestrutura de lazer nas áreas de balneabilidade de barragens, em especial, do Capim Grosso.	Traçar estratégias de revitalização de app e construção de equipamentos e infraestrutura para lazer nestas áreas	Política Setorial de Meio Ambiente e Política Setorial de Turismo

	Concentração de equipamentos na área central da sede e insuficiência de creches e áreas de lazer pelo restante do território	Verificar se a demanda por novos equipamentos e avaliar a projeção nos próximos 10 anos, considerando a projeção populacional. Em caso positivo, incentivar equipamentos em áreas menos servidas	Em caso de demanda, Políticas Setoriais de Forma Localizada / Direito de Preempção em Caso de Área Definida e Não Pública
	Baixa oferta de infraestrutura nas áreas rurais – manutenção viária, equipamentos de lazer e serviços públicos em geral	Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável com identificação territorializada das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento rural (produção e população).	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Ausência de sistema de tratamento de esgoto nas áreas urbanas e rurais	Incentivar saneamento individual sustentável no âmbito rural e solução urbana, de acordo com os Planos Municipais de Resíduos e Água e Esgoto elaborados.	Política Setorial de Saneamento
	Deficiência de infraestrutura nos bairros periféricos de São Francisco, Paulo Souto, Uricuri e Santa Rosa, onde se concentram as famílias mais pobres da sede municipal	Garantir a qualificação urbana e ambiental desses bairros.	Zoneamento Urbano / Definição de Parâmetros Urbanísticos e Regras de Uso e Ocupação / Direito de Preempção para Criação de Equipamentos Públicos e de Lazer
	Disposição de resíduos sólidos em lixões a céu aberto no município	Verificar possibilidade de destinação adequada de lixo com Consórcio Intermunicipal ou construir Aterro Sanitário de acordo com o Plano Municipal de Saneamento.	Política Setorial de Meio Ambiente
	Ausência de coleta seletiva	Criação de Usina de Reciclagem e Cooperativa para desenvolvimento econômico a partir de resíduos recicláveis (implementação do ICMS Ecológico, geração de renda e emprego)	Política Setorial de Saneamento e Desenvolvimento Econômico
		Implantação de Coleta Seletiva e Programas previstos pelo Plano Municipal de Resíduos Sólidos	Política Setorial de Meio Ambiente

Desenvolvimento Econômico	Potencial agropecuário do município por estar localizado em área da nova fronteira agropecuária, com incentivos e tecnologia	Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e verificar oportunidades junto ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico / Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Baixa capacidade de geração de receitas pelo município	Diversificação das atividades econômicas dos municípios por meio do incentivo ao empreendedorismo, formação e capacitação de mão de obra e abertura de linhas de crédito e convênios.	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico / Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Dependência da administração pública para geração de empregos formais	Desenvolver programas de formalização dos estabelecimentos particulares e da ocupação da mão de obra local	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico; Assistência Social
	Baixa representatividade da indústria (minerais não metálicos, têxtil, cerâmicas)	Promover atividades de beneficiamento da produção para geração de emprego e renda Destinar áreas apropriadas para a instalação de indústrias, considerando logística, acesso, aspectos do meio físico. Viabilizar incentivos para atrair indústrias. Viabilizar incentivos para atração de indústrias.	Política Setorial de Desenvolvimento Rural Delimitação de Zona Industrial / Política Setorial de Desenvolvimento Econômico Política Setorial de Desenvolvimento Econômico

Turismo	Sítios arqueológicos com alto potencial turístico, especialmente localizado na Serra do Sarapó/Tapuias, na comunidade de Canudos	Delimitar áreas a fim de manter suas funções turísticas, identitárias e ambientais e verificar possibilidade de promovê-lo como uma UC municipal.	Delimitação de Perímetro Urbano / Zoneamento Urbano e Rural
	Proximidade da APA do Rio Preto e PE Jalapão	Traçar estratégias de divulgação das atrações turísticas do município como roteiro alternativo mais econômico que os existentes	Política Setorial de Turismo
	Potencial de Balneário para banho e áreas de pesca esportiva	Revitalização das praias e apps do entorno dos rios e ordenamento adequado para o turismo sustentável,	Política Setorial de Turismo e Política Setorial de Meio Ambiente

		especialmente no distrito de São José do Rio Grande e no povoado de Barra do Riacho.	
	Localidade de Pajeú (potencial Balneário indicado no Plano Diretor Participativo do Município, 2008)	Traçar estratégias de divulgação das atrações turísticas para a área	Política Setorial de Turismo
	Infraestrutura hoteleira e de serviços incipiente em comparação com o potencial atrativo da região.	Adotar o turismo local como fator de desenvolvimento econômico, capacitando e estruturando o setor no município	Elaboração do Plano Municipal de Turismo Sustentável Delimitação de Perímetro Urbano / Zoneamento Urbano e Rural
	Casa de Farinha de Barra do Riacho	Traçar estratégias de valorização e divulgação do Patrimônio Cultural Imaterial da produção de Farinha local	Política Setorial de Educação Patrimonial
	Comunidade ribeirinha, a colônia de Pescadores de São José.	Identificar demandas e necessidades para suporte técnico e escoamento da produção artesanal	Política Setorial Desenvolvimento Rural
Desenvolvimento Rural Sustentável	Área de cultivo concentrada na porção oeste do território municipal, que é dotado de vias vicinais e rodovias que facilitam o escoamento da produção	Traçar estratégias de valorização e divulgação do Patrimônio Cultural e de Produção desta comunidade	Política Setorial de Educação Patrimonial
		Promover atividades de beneficiamento da produção para geração de emprego e renda	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Existência de Projetos de Assentamento não registrados (Santa Rafaela e Barreiras)	Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
		Delimitar áreas com potencialidade de uso para agricultura familiar e técnicas que não potencializem a ocorrência de processos erosivos ou arenização.	Zoneamento Rural / Zona de Produção Sustentável
		Estabelecer políticas de educação ambiental e valorização da produção agropecuária de baixo impacto	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
	Insuficiência dos serviços de ATER	Identificar demandas dessas comunidades e necessidades para suporte técnico	Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
		Promover os serviços de ATER oferecidos pelo órgão estadual e dotar a prefeitura de quadro técnico adequado para o atendimento dessas demandas	Política Setorial de Desenvolvimento Rural
Expansão acelerada da produção de monoculturas com técnica de pivoteamento, aumentando a demanda hídrica e potenciais conflitos de uso	Incentivar o cooperativismo e associativismo, inclusive com aplicação de cursos introdutórios sobre o assunto (SENAR)	Política Setorial de Desenvolvimento Rural	
	Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Política Setorial de Desenvolvimento Rural	
		Ordenar e regulamentar o uso do solo rural de acordo com os recursos naturais disponíveis e manutenção do acesso e usos múltiplos.	Zoneamento Rural / Política Setorial de Desenvolvimento Rural
Meio Ambiente			
	Importância local e regional da Bacia do Rio Grande para disponibilidade hídrica e pesca	Políticas de preservação da bacia, com finalidade de segurança hídrica, acesso a água e turismo sustentável o rio.	Zona Rural de Produção Sustentável / Política Setorial de Meio Ambiente
	APPs da sede municipal bem conservadas	Criar políticas de incentivos a recuperação e preservação das APPs	Política Setorial de Meio Ambiente
	APPs das demais áreas consideradas urbanas estão ocupadas ou em processos de degradação	Impedir avanço de uso indevido nas APPs e descaracterizar, aquelas com ocupação consolidada dentro dos parâmetros da Lei reguladora para posterior regularização.	Zoneamento Urbano / Zona Especial de Proteção Ambiental/ Política Setorial de Meio Ambiente.

Gestão	Estrutura administrativa formada por 9 secretarias diferentes e temáticas	Dotar a prefeitura de quadro técnico adequado para a gestão das diretrizes e regramentos instituídos pelo Plano Diretor.	Política Setorial de Adm Pública
	Ausência de informações sobre a criação e operação dos Conselhos Municipais	Verificar os conselhos previstos pela legislação municipal e operacionalizá-los de forma a dar suporte a implementação e monitoramento de políticas públicas	Instrumentos de gestão do PD
	Ausência de estratégias para áreas ambientalmente frágeis e protegidas	Instituir Defesa Civil	Políticas Setoriais
Patrimônio Histórico e Cultural	Potencial Arqueológico	Realizar parcerias com universidades e grupos de pesquisas arqueológicas com finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre tal potencial	Política Setorial de Desenvolvimento Econômico; Educação
	Existência dos Sítio arqueológico Serra do Sarapó/Tapuias	Buscar parcerias e apoio para conseguir o cadastramento dos sítios arqueológicos junto ao CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) do IPHAN	Política Setorial de Educação - Educação Patrimonial
		Aprofundar os estudos, preservação e potencial turístico do Sítio.	Zoneamento Rural específico

Legenda:

	Potencialidade - Fator favorável ao desenvolvimento do município e que pode ser potencializado com ações municipais
	Aspecto Crítico - Fator de importância para o desenvolvimento do município, sem ser favorável ou desfavorável
	Fragilidade - Fator favorável ao desenvolvimento do município e que demanda ações de correção municipal

Elaboração: Arcadis, 2020.

Eixos de Desenvolvimento Municipal

A seguir são apresentados os Eixos de Desenvolvimento definidos para a efetivação do Plano Diretor de Riachão das Neves. Cada um deles é apresentado e detalhado após informações críticas sobre o município que foram evidenciadas no processo de diagnóstico e formação da Agenda de Desenvolvimento Municipal.

Ponto Crítico: Expansão das monoculturas, perímetros de irrigação e áreas urbanas, pressionando os recursos naturais existentes no município.

- **PLANEJAMENTO TERRITORIAL** - Planejamento, ordenamento e regramento do uso do solo urbano e rural no município visando o crescimento urbano e desenvolvimento rural compatíveis com as características do meio físico e biótico, garantindo a qualidade ambiental, igualdade de acesso aos recursos naturais, e a preservação e conservação de sítios arqueológicos e cavidades naturais.

Ponto Crítico: Existência de diversas comunidades rurais, projetos de assentamento e populações tradicionais, inseridos no ambiente e dinâmica econômica rural.

- **DESENVOLVIMENTO RURAL** - Fortalecimento das atividades agropecuárias, cooperativismo e empreendedorismo rural, do desenvolvimento de atividades de beneficiamento da produção local e sua comercialização e escoamento de produção.

Ponto Crítico: Ausência de sistemas de coleta e tratamento de esgoto nas áreas urbanas e deficiência das soluções individuais e coletivas nas áreas rurais.

- **SANEAMENTO AMBIENTAL** - Adequação dos serviços públicos e soluções individuais sustentáveis de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais para melhoria da qualidade de vida da população.

Ponto Crítico: Baixa retenção de mão de obra qualificada e das populações mais jovens somada a pouca diversidade e quantidade de atividades econômicas nos meios urbano e rural.

- **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** - Diversificação de atividades econômicas urbanas e rurais, de forma estratégica e coordenada, com foco na qualificação da mão de obra e capacitação para o empreendedorismo, visando a geração de emprego e renda de forma sustentável.

